

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

#### NOTA TÉCNICA Nº 00606/2025/COPHS/SES

Cuiabá/MT, 02 de outubro de 2025

Ao (À) Aos (Às) Prefeitos/as; Secretários/as municipais de Saúde

Assunto: NOTA TÉCNICA CONJUNTA SES/MS - Orientações para a inclusão de objetivos, metas, indicadores e ações sobre Saúde Integral da População Negra nos Planos Municipais de Saúde 2026-2029.

#### Prezados(as) Senhores(as),

Nota técnica de orientação aos gestoras (es) e equipes técnicas municipais de Mato Grosso para a incorporação de ações, metas e indicadores voltados à saúde da população negra e quilombola nos Planos Municipais de Saúde 2026–2029 e nos Planos Plurianuais (PPAs), assegurando que os instrumentos de planejamento estejam alinhados às diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

#### Contextualização:

Segundo o Censo Demográfico 2022, 2.409.480 dois milhões, quatrocentos e nove mil quatrocentos e oitenta pessoas se autodeclaram pretas ou pardas, o que corresponde a 65,86% da população estadual (IBGE, 2023)¹ e maior que o percentual nacional que foi de 55,51%, presente em todas as regiões de saúde e em 84 comunidades quilombolas, distribuídas em 16 municípios² sendo 70 certificadas pela Fundação Palmares. Apesar dos avanços institucionais, a PNSIPN ainda não alcançou plena efetividade no estado, refletindo em desigualdades raciais que persistem nos indicadores de saúde. Os dados epidemiológicos apresentados a seguir extraídos de sistemas oficiais como o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM),

<sup>1</sup>Tabela 9605 - Recorte racial - Estado de Mato Grosso

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1uU\_mDg9DqwwkUW1DtOfwXM42bjdF5ZRc/edit?usp=sharin g&ouid=107269161897457722461&rtpof=true&sd=true

Classif. documental

701





SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

<sup>2</sup>Tabela 8176 Quilombolas Estado de Mato Grosso distribuídos por municípios

 $https://docs.google.com/spreadsheets/d/1qz9-vXmZhraLfEzmTY2xesv\_FsjBX1kw/edit?usp=sharing\&ouid=107269161897457722461\&rtpof=true\&sd=true$ 

o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC), o Sistema de Informações em Saúde (DW) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN Net) evidenciam essas disparidades e reforçam a necessidade de ações concretas para enfrentar as iniquidades em saúde que atingem a população negra em Mato Grosso.

#### Mortalidade Infantil e Materna:

Entre 2020 e 2024, segundo a Área Técnica de Saúde da Criança com base no DW, foram registradas 1.247 mortes infantis no estado. Destas, 875 ocorreram na faixa etária de 1 a 4 anos, sendo 413 (47,2%) em crianças pretas e pardas. A desigualdade se intensifica na faixa etária de 5 a 9 anos, onde das 372 mortes registradas, 222 (59,7%) foram de crianças negras (pretas e pardas). Esses dados demonstram que as vulnerabilidades enfrentadas por crianças negras persistem e se acentuam ao longo da infância. No que se refere à mortalidade materna, informações da Área Técnica da Saúde da Mulher, com base no SIM, apontam que, no período de 2020 a 2023, o estado registrou 202 óbitos maternos. A análise por raça/cor evidencia que a população negra foi a mais atingida: somando-se os óbitos de mulheres pretas (20) e pardas (110), chega-se a 130 mortes, o que representa 64,4% do total. Destaca-se a concentração de casos em regiões específicas, como a Baixada Cuiabana, que registrou 56 óbitos, sendo a maioria em mulheres pardas (32). A mortalidade materna e infantil são indicadores fundamentais de desenvolvimento social. Os números apresentados mostram que a sociedade e o sistema de saúde estadual precisam ampliar esforços para reduzir desigualdades e garantir equidade no cuidado em saúde.

#### Agravos e doenças infecciosas

A análise de agravos e doenças infecciosas evidencia que a população negra apresenta maior vulnerabilidade a agravos em saúde, muitas associadas às condições sociais e ao acesso limitado a serviços, conforme dados oficiais do SIM e do SINAN NET.

• Hanseníase (2019–2023): 16.014 casos diagnosticados, sendo 66,1% em pessoas pretas e pardas; considerando apenas os 6.149 casos com raça/cor preenchida, o









SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

percentual sobe para 70%;

- **Sífilis adquirida (2019–2023):** Dos 12.088 casos, 71,4% foram em pessoas pretas e pardas; entre gestantes, 76,2% dos 6.839 casos afetaram mulheres negras;
- **Tuberculose (2019–2023):** 70% dos 6.149 casos diagnosticados ocorreram em pessoas pretas e pardas;
- **Hepatites virais (2020–2025):** 65,6% dos 2.337 casos identificados foram em pessoas negras.

#### Anemia Falciforme

Atualmente, aproximadamente 500 pessoas vivem com anemia falciforme em Mato Grosso, sendo acompanhadas pelo SUS. Em 2024, foram registrados 16 óbitos (dados parciais), reforçando a necessidade de atenção contínua a essa condição.

# Óbitos por Violência e Acidentes de Transporte:

Quando se observa os dados de óbitos ocasionados por violência por raça/cor entre os anos de 2020 a 2024, de um total de 4.826 mortes, 3.727 (77,22%) ocorreram com pessoas pretas e pardas. Em relação a óbitos por acidentes de transporte terrestre, nota-se que entre 2020 a 2024 ocorreram 5.825 mortes, dessas, 3.887 (66,72%) foram com pessoas pretas e pardas.

Esses dados demonstram que as disparidades em saúde não são casuais, mas reflexo do racismo estrutural, das desigualdades socioeconômicas e das barreiras no acesso a serviços de saúde. As piores condições de moradia, nutrição inadequada, condições sanitárias são fatores que impactam a saúde de forma profunda, aumentando a vulnerabilidade da população negra a complicações e doenças. É crucial que os municípios, ao elaborarem seus PPAs, incluam:

- Indicadores desagregados por raça/cor para monitorar e avaliar o impacto das ações na população negra.
- Metas específicas para a redução das disparidades raciais na mortalidade infantil e materna, e na incidência de agravos como Hanseníase, Sífilis, Tuberculose e Hepatites Virais.
- Programas e ações que busquem superar as barreiras de acesso e qualidade do cuidado.

Assim,

**Considerando** a Portaria GM/MS nº 992 de 13 de maio de 2009, que instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN); Considerando a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial;







SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Considerando a Portaria GM/MS de 6 de dezembro de 2023 que institui a Estratégia Antirracista na Saúde e o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 166/2023, no âmbito do Eixo 1 – Apoio Estratégico à Implementação da PNSIPN, que visa apoiar tecnicamente estados e municípios na estruturação e fortalecimento da política;

Considerando a Nota Técnica nº 9/2024-CGMA/DEMAS/SEIDIGI/MS, que levanta e analisa informações sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN); Considerando a Lei nº 12.479/2024, de 09 de abril de 2024 que institui o Protocolo Antirracista, que obriga espaços públicos e de grande circulação, incluindo unidades de saúde, a adotarem medidas concretas de enfrentamento ao racismo;

**Considerando** Lei nº12.432, de 09 de fevereiro de 2024 que dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado de Mato Grosso para o quadriênio 2024 -2027; Considerando o Plano Estadual de Saúde de Mato Grosso 2024 -2027;

Considerando a Portaria nº 0280/2025/GBSES Institui o Grupo Técnico de Promoção da Equidade no Cuidado em Saúde - GTPECS no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso;

**Considerando** a Nota Técnica Recomendatória Nº 00428/2025/COPHS/SES de 31 de julho de 2025; para Inclusão da Equidade nos Planos Municipais e Estadual de Saúde de Mato Grosso, como nas populações em situação de vulnerabilidade.

Neste sentido, a presente nota técnica tem como objetivo primordial suscitar uma reflexão sobre os indicadores de saúde em Mato Grosso, com um enfoque especial no recorte racial, visando subsidiar a construção de Planos Municipais de Saúde (PMS) e Planos Plurianuais (PPAs) que contemplem ações estratégicas para a promoção da saúde da população negra. Os dados acima demonstram a relevância de implementar políticas públicas que promovam a equidade no acesso à saúde e enfrentam as desigualdades raciais que afetam a população negra, pois embora a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) esteja em vigor há mais de 15 anos, a população negra segue vivenciando desfechos de saúde desfavoráveis desde o menor acesso a consultas, exames e procedimentos quanto a indicadores de morbimortalidade e que a inserção de ações voltadas à equidade racial nos Planos Municipais de Saúde (PMS) dos municípios do estado de Mato Grosso, ainda é incipiente.

Nesse contexto, torna-se essencial que os (as) gestores (as) municipais se comprometam, de forma ética e institucional, com a inserção de objetivos, metas, indicadores e ações direcionadas à saúde da população negra nos PMS e nos instrumentos de planejamento em saúde, promovendo um SUS pautado na universalidade, na equidade e no enfrentamento ao racismo.

Para tanto, se faz preemente apoiar gestores e equipes de planejamento em





SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

saúde na incorporação de iniciativas direcionadas à população negra e quilombola nos PMS e PPAs.

No anexo único desta NT se apresentam sugestões de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores sobre Saúde da População Negra nos PMS e em outros instrumentos de gestão, fortalecendo práticas antirracistas e sensíveis às realidades locais. Ressalta-se que as diretrizes dos Planos Municipais de Saúde devem ser definidas com base nas deliberações das Conferências Municipais de Saúde, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

A Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso em conjunto com o Apoio Estratégico em Saúde da População Negra FIOCRUZ/MS e a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde de Mato Grosso, reafirmam seu compromisso e se colocam à disposição para oferecer apoio técnico aos municípios e às macrorregiões na condução desse processo.

#### ANEXO ÚNICO:

EXEMPLOS DE OBJETIVOS, METAS E INDICADORES PARA INCLUIR NOS PLANOS MUNICIPAIS DE SAÚDE COM FOCO NA POPULAÇÃO NEGRA Os exemplos a seguir têm caráter ilustrativo e visam apoiar a construção de objetivos, metas e indicadores voltados à saúde da população negra. Ressalta-se que as diretrizes dos Planos Municipais de Saúde devem ser definidas com base nas deliberações das Conferências Municipais de Saúde, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

raca/cor.

Diretriz 1: Garantir a qualificação, a completude e a utilização dos			
dados em saúde, assegurando a desagregação por raça/cor e etnia			
como instrumento para promoção da equidade racial no SUS.			

**Objetivo 1:** Qualificar os processos de coleta, processamento e análise de dados nos sistemas de informação do SUS, com foco na desagregação por raça, cor e etnias.

<b>Meta 1:</b> Garantir que 100% dos sistemas	Indicador:
municipais de informação em saúde incluam o	
campo raça/cor até 2027.	% de sistemas com
	preenchimento
	qualificado da variável







SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

## Ações:

- Qualificar as equipes de saúde locais quanto ao correto preenchimento do campo raça/cor nos sistemas de informação em saúde.
- Estimular a inclusão da autodeclaração quilombola nos instrumentos de coleta, processamento e análise de dados, assegurando sua incorporação como campo específico. Monitorar de forma contínua o avanço no preenchimento do quesito raça/cor pelas equipes de saúde nos territórios. Promover a qualificação do preenchimento do e-SUS com foco nos campos raça/cor, identidade de povos tradicionais, identidade de gênero e orientação sexual.
- Reforçar as ações e estratégias da vigilância em saúde a partir de análises estratificadas por raça/cor e pelo perfil epidemiológico dos territórios.
- Aprimorar os processos de planejamento e gestão local utilizando o Painel de Monitoramento do Ministério da Saúde como ferramenta estratégica.
- Produzir e analisar dados desagregados por raça/cor sobre o acesso aos serviços de saúde, internações e óbitos por causas evitáveis.

# Diretriz 2: Fortalecer os mecanismos de gestão para a implementação, o monitoramento e a avaliação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no âmbito municipal.

**Objetivo 2:** Monitorar e avaliar os indicadores e metas pactuados voltados à promoção da saúde da população negra e à redução das iniquidades raciais no âmbito municipal.

Meta 2: Estruturar, até o segundo ano de gestão, uma instância de participação social voltada à implementação e ao monitoramento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) até 2029.

#### Indicador:

Instância de gestão
participativa estruturada
para execução e
monitoramento da
Política Nacional de
Saúde Integral da
População Negra
(PNSIPN).







SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

# Ações:

- Indicar uma referência técnica ou designar equipe responsável pela execução e acompanhamento das ações de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) na Secretaria Municipal de Saúde (SMS).
- Criar o Comitê Técnico Municipal de Saúde da População Negra como instância de apoio à gestão e ao controle social.
- Realizar análise de situação de saúde com recorte por raça, gênero e condição social, identificando iniquidades no acesso a serviços e ações de saúde.
- Estabelecer indicadores prioritários que orientem a promoção da equidade étnico-racial na saúde municipal.
- Conduzir reuniões periódicas de monitoramento das metas definidas para a efetivação da PNSIPN.
- Instituir, por meio de portaria municipal, a função e as atribuições da referência técnica de saúde da população negra.
- Implantar o Conselho Territorial de Saúde Quilombola, fortalecendo a participação social e o controle social nos territórios tradicionais.
- Desenvolver ações de vigilância em saúde e ambiente junto aos territórios e comunidades quilombolas, incluindo a vigilância popular em saúde.
- Ofertar iniciativas voltadas à prevenção de acidentes e agravos à saúde da população quilombola relacionados aos riscos ergonômicos e ao adoecimento decorrente do trabalho no campo, nas florestas e nas águas.
- Ampliar o acesso à saúde em comunidades quilombolas rurais e remotas por meio de estratégias de Saúde Digital, como teleatendimentos, teleconsultas e instalação de antenas de conectividade.
- Reconhecer e valorizar a cultura, os saberes e as práticas comunitárias de cuidado associadas às medicinas tradicionais quilombolas no âmbito do SUS municipal.

Diretriz 3: Promover a equidade racial em saúde por meio da inclusão do enfrentamento ao racismo, ao racismo institucional e à discriminação étnico-racial nas ações de comunicação, formação e educação permanente.







SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Objetivo 3: Incluir o enfrentamento ao racismo, ao racismo institucional e à discriminação étnico-racial nos processos de comunicação, formação e educação permanente voltados aos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, ao controle social e à comunidade.

**Meta 3:** Ofertar, até 2027, no mínimo três ações de comunicação, formação ou educação de comunicação, permanente com foco no combate ao racismo, ao racismo institucional e à discriminação étnico-racial. **Indicador:** Nº de açõ de comunicação, formação e educação permanente ofertadas com foco no combate

Indicador: Nº de ações de comunicação, formação e educação permanente ofertadas com foco no combate ao racismo, racismo institucional e discriminação étnicoracial







SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

## Ações:

- Ofertar curso de letramento racial para trabalhadores/as da saúde e conselheiros/as de saúde, promovendo a compreensão crítica sobre relações raciais e enfrentamento ao racismo institucional.
- Criar espaços de diálogo e reflexão sobre racismo e discriminação étnico-racial no ambiente escolar, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação.
- Promover debates e formações sobre violência obstétrica, com ênfase nas experiências vividas por mulheres negras.
- Capacitar profissionais de saúde, conselheiros/as e lideranças comunitárias para mediar discussões, atuar frente a situações de discriminação e fomentar ambientes de respeito, acolhimento e equidade.
- Implementar protocolos nas escolas e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) para o enfrentamento de casos de racismo, assegurando a proteção das vítimas e a responsabilização institucional, em articulação intersetorial.
- Desenvolver e executar campanhas informativas internas e externas à Secretaria Municipal de Saúde, utilizando diferentes mídias (cartazes, banners, murais, telas digitais, redes sociais, depoimentos) para divulgar conceitos-chave, canais de denúncia, legislação antirracista e serviços de saúde disponíveis.
- Realizar rodas de conversa e escutas qualificadas com usuárias negras sobre experiências de racismo no atendimento, garantindo devolutivas às equipes envolvidas como parte do processo educativo e de aprimoramento do cuidado.
- Produzir e distribuir materiais educativos, com linguagem acessível e abordagem culturalmente sensível, sobre saúde da população negra.

Diretriz Nº 4 - Fortalecer ações integradas de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento oportuno e acompanhamento dos agravos mais prevalentes na população negra e quilombola, com base em evidências epidemiológicas e considerando as especificidades culturais e territoriais.







SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Objetivo 4: Ampliar a capacidade da rede municipal de saúde para atuar de forma efetiva na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças e agravos que afetam de forma desproporcional a população negra e quilombola, como hipertensão arterial, diabete, hanseníase, anemia falciforme, tuberculose, sífilis e HIV/AIDS.

**Meta 4:** Garantir 50% de cobertura de ações de prevenção/testagem, diagnóstico em tempo de cobertura das ações oportuno para doença falciforme, sífilis, HIV, de prevenção e testagem hepatites virais e tuberculose entre pessoas negras e quilombolas nas unidades de saúde do município até 2029.

**Indicador:** Percentual doença falciforme, sífilis, HIV, hepatites virais e tuberculose.

# Ações:

- Levar serviços de testagem e diagnóstico para comunidades quilombolas e áreas de difícil acesso, garantindo cobertura em regiões periféricas e rurais.
- Desenvolver atividades de Educação em saúde nas escolas sobre prevenção de ISTs, saúde sexual e reprodutiva, e outras doenças prevalentes na população negra, envolvendo estudantes, professores e famílias, com foco na promoção da saúde e prevenção de agravos.

Diretriz n.º 5 - Fortalecer ações integradas de prevenção, vigilância e investigação dos óbitos maternos, com ênfase na equidade racial, priorizando a atenção primária à saúde, a vigilância epidemiológica e a rede de atenção obstétrica, especialmente para gestantes negras, indígenas e quilombolas

**Objetivo 5:** Qualificar a atenção integral à saúde materna durante o pré-natal, parto e puerpério nos municípios, assegurando o rastreamento precoce de riscos, o acesso a serviços especializados e a investigação sistemática de todos os óbitos maternos.

Meta 5: Atingir, anualmente, 80% de cobertura de gestantes com pelo menos 6 consultas de pré-natal nas unidades da APS até 2029.

**Indicador:** Percentual de gestantes com 6 ou mais consultas de prénatal. Método do Cálculo: (Nº de gestantes com ≥ 6 consultas ÷ N° total de gestantes)  $\times$  100.







SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

**Meta 5.1:** \* Reduzir a taxa de mortalidade materna para X até 2029. \*A taxa de mortalidade materna só se aplica a municípios Método do Cálculo: (Nº com população igual ou maior a 100 mil habitantes.

Indicador: Razão de mortalidade materna. de óbitos maternos ÷ N° de nascidos vivos) × 100.000.

Taxa de óbitos maternos.

Método do Cálculo: Número de óbitos de mulheres residentes, por causas e condições consideradas de morte lmaterna. Número de nascidos vivos de mães residentes x 100.000.

#### Ações:

- Implementar investigação sistemática de todos os óbitos maternos, com análise de fatores raciais, sociais e de acesso aos serviços de saúde.
- Garantir comunicação eficaz entre unidades de APS, maternidades e serviços especializados para encaminhamento rápido de gestantes de risco.
- Criar fluxos de referência e contrarreferência claros, priorizando gestantes negras, indígenas e quilombolas.
- Treinar equipes de atenção primária em identificação precoce de riscos maternos e gestão de gestantes de maior vulnerabilidade.

# **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Ademar Sales Macaúbas Área Técnica Saúde da População Negra GTPECS/COPHS/SAS/GABSAVS/SES/MT

Denize Ornelas - Supervisora do Apoio Estratégico de Saúde da População Negra Apoio Estratégico de Saúde da População Negra - FIOCRUZ/MS







SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Lucas Esteves dos Santos Costa - Representante Superintendência Estadual do Ministério da Saúde de Mato Grosso

Nathienne Aparecida Silva Pinto - Apoiadora do Apoio Estratégico de Saúde da População Negra Apoio Estratégico de Saúde da População Negra - FIOCRUZ/MS

Colaboradoras:

Coordenação do Apoio Estratégico para a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - FIOCRUZ/MS

**Elaine Soares** 

Roberta Gondim

Respeitosamente,

ADEMAR SALES MACAUBAS Saúde da População Negra e Quilombola GTPECS/COPHS/SAS/GABSAVS/SES/MT

MARIA DA PENHA FERRER DE FRANCESCO CAMPOS Gestão das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família - PBF GTPECS/COPHS/SAS/GABSAVS/SES/MT

> JULIAN SILVA TACANA Saúde da População LGBTQIAPN+ GTPECS/COPHS/SAS/GABSAVS/SES/MT

ROSIENE ROSA PIRES

COORDENADORA

COORDENADORIA DE PROMOCAO E HUMANIZACAO DA SAUDE

LENIL DA COSTA FIGUEIREDO







SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

# SUPERINTENDENTE SUPERINTENDENCIA DE ATENCAO A SAUDE

# SIRIANA MARIA DA SILVA SUPERINTENDENTE SUPERINTENDENCIA DE GESTAO REGIONAL

JULIANO SILVA MELO SECRETARIO ADJUNTO GABINETE DO SECRETARIO ADJUNTO DE ATENCAO E VIGILANCIA EM SAUDE



